

Breves notícias compiladas de manuscritos originais e inéditos em derredor do “Hospital da (de) Marinha da Bahia” no século XIX (*) () (***)**

Antonio Carlos Nogueira Britto

Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, fundado em 29 de novembro de 1946

INTRODUÇÃO

Desde há muito, enlevado quedava-me ao examinar os formidandos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia e de outras instituições congêneres, onde, miasmado pela atmosfera asfíxica e misteriosa, deixava-me enfermar e contagiar pela febre da pesquisa dos tempos pretéritos, que levava ao delírio e quimérica sensação de estar vivendo em plena Bahia colonial e provincial nos séculos XVIII e XIX. Estudava catadupas de empoados, fúngicos e ancianos manuscritos, originais e inéditos, corroídos pelos insetos lepidóptero noturno. Assaz entusiasmado e arrebatado permanecia ao pesquisar, em fontes essencialmente primárias, em derredor da historiografia da medicina e da medicina militar da minha terra. Do mesmo modo, animava-me ao buscar, com extremada diligência, manuscritos originais e inéditos relativos a historia dos primórdios do Hospital Real Militar e do Hospital da Marinha, instalados na capitania e, ao depois, província da Bahia. Instigava-me e desafiava-me o fato de ainda não haver detectado o registo do local onde estava estabelecido o “Hospital da (de) Marinha da Bahia”. Por conseguinte, lancei-me à procura do “Hospital da (de) Marinha da Bahia.”

OBJETIVO

A presente pesquisa historiográfica, original e inédita, tem o propósito de revelar o sítio onde funcionava o “Hospital da (de) Marinha da Bahia”, além de apresentar alguns aspectos das suas dependências e atividades afins, mostrando, ademais, em traços largos, sucessos relativos à Marinha, na Bahia, no âmbito da medicina naval no século XIX.

MATERIAL

Manuscritos originais sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Seção de Arquivo Colonial e Provincial: Marinha – Presidência da Província - Governo – Avisos recebidos do Ministério da Marinha; Série: Militares – Intendência da Marinha -Inspetoria de Arsenal da Marinha - Recrutadas; Quartel de Inspeção Militar - Médico das Galés; Arsenal da Marinha - Inspetoria de Arsenal de Marinha; Seção de Microfilmagem: “Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro – 1914 – Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar, organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida – 1º Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa e Director da Secção IX – Archivo de Marinha e Ultramar – Bahia – 1798 – 1800. - Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino – Brasil – Bahia.”

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia”.

Fontes secundárias impressas foram também consultadas.

DESENVOLVIMENTO

Em 1549, quando enfermos, os 600 militares do Exército e da Armada de Portugal, vindos à Bahia com o Governador Thomé de Souza, e aqui aportados em 29 de março, foram atendidos, juntos com os brasis, pelos seus companheiros viajores, o primeiro médico da incipiente cidade,

Jorge Valadares, nomeado físico e cirurgião pelo governador, auxiliado pelo primeiro boticário Diogo de Castro, contando com a ajuda infatigável e da indisfarçável piedade do padre Manoel da Nóbrega e dos jesuítas que chefiava, Leonardo Nunes, Antonio Pires e João Azpilcueta Navarro, mais os irmãos estudantes Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

A sobredita assistência médica, em 1549, era efetuada nas primitivas casas dos jesuítas e no primeiro hospital da cidade de Salvador, chamado de Hospital da Cidade, ou Hospital Nossa Senhora das Candeias, de construção mui rudimentar, com paredes de taipa de mão, coberto com folhas de palmeiras, com algumas acanhadas salas e cubículos ao rés do chão, que tinha como provedor o fidalgo Diogo Moniz, e que, com o tempo, foi substituída por construção de “pedra e cal”, situada onde está o atual prédio, na rua da Misericórdia. No século XVII passou a ser chamado de Hospital São Cristóvão.

O marinheiro Estevão Fernandes de Távora, antes de morrer no dito hospital, com o escopo de melhorar as instalações modestíssimas do primaz nosocômio, em seu testamento dispôs ao provedor Diogo Moniz, seu testamenteiro, a quantia de mil e oitocentos réis correspondente ao seu salário nos meses de junho e julho, a novecentos réis por mês.

A primeira embarcação brasileira foi construída em junho de 1549, o bergantim S. Tomé, pelo carpinteiro reinol Antonio Gonçalves na Ribeira das Naus da Bahia.

O mestre pedreiro das obras da cidade do Salvador, Luiz Dias, em 15 de agosto de 1551, comunicou a el-rei D. João III que “fizemos dois baluartes, um na ribeira de Góes muito poderoso em cima do rochedo que vossa alteza verá na mostra, que joga para todo o mar da Bahia e joga as duas esperas de marca maior que vieram e dois camelos e dois falcões e uma dúzia de berços; este, ainda que é de madeira, é tão forte que durará, segundo dizem, vinte anos por ser de paus de mangue que se criam na água e são como ferro. O outro baluarte de Santa Cruz é mais pequeno, e joga nele uma espera e dois falcões e meia dúzia de benços, e isto até saber se vossa alteza os quer ter assim até ao diante os fazer de pedra e cal, ou logo como ele ordenar.”

Os dois baluartes estavam bem pertos da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. O primeiro estava localizado na Ribeira das Naus, mais tarde Arsenal da Marinha e por fim Escola de Aprendizes Marinheiros. O segundo, na Ribeira dos Pescadores, atual Preguiça.

Em 25 de maio de 1753, o chanceler da Relação, Manoel Antonio da Cunha Sottomaior enviou carta para Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de estado, consultando-o sobre se as despesas feitas no Hospital da Misericórdia, com o tratamento e sustento dos doentes dos navios de guerra deviam ser pagos pelos soldos dos tripulantes ou pela verba de socorros.

Em 1755, com as condições precárias do hospital da pia casa, a mesa administrativa achava que duzentos réis diários não eram suficientes “para curar bem um soldado em país em que tudo é caro”. Quatrocentos réis deveriam ser concedidos. A Santa Casa não podia arcar com encargo com pagamento tão pequeno. Ademais, “não convinha que a Fazenda tivesse hospital próprio”. O Conselho Ultramarino concluiu que não deveria aumentar a verba de 200 réis por soldado sem audiência do provedor-mor da Fazenda.

O Conselho Ultramarino pedia, em 1758, a soma de 400 réis diários para cada soldado em tratamento no hospital da Santa Casa, pois havia um precedente de uma concessão semelhante relativa aos valetudinários que chegaram à cidade da Bahia em naus da Índia e nas fragatas de guerra.

Em 1761, o hospital da Misericórdia era constituído de enfermarias da caridade, milícias da praça e equipagem das naus da Coroa.

Preocupava-se a mesa da Santa Casa, em 1763 com o tratamento dos marinheiros das naus de guerra, porquanto, naquele mesmo ano, saíram as naus deixando doentes no hospital da casa pia. Estipendiaria o erário real estes dispêndios? “Era de boa equidade não desamparar os homens que no serviço de seu rei perderam a saúde”. E assim o Conselho Ultramarino concordou em Lisboa, a 14 de março de 1763, que a Misericórdia tinha direito de receber as quantias despendidas com tais tratamentos, enquanto internados estivessem marinheiros das naus de guerra.

No ano de 1765, na época em que era governador e vice-rei da capitania da Bahia João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, segundo Conde de Castelo Melhor, foi ordenada, em 16 de maio de 1765, a construção do Arsenal da Marinha da cidade da Bahia.

Em 1785, D. Rodrigo José de Menezes e Castro, filho do Marquês de Marialva e que governou a Bahia de 6 de janeiro de 1784 até abril de 1788, estabeleceu uma gafaria ou Hospital de São Lázaro na Quinta dos Padres, que fora dos jesuítas, e que foi inaugurado em 21 de agosto de 1787. Para ocorrer à despesa que carecia a gafaria, instituiu o Celeiro Público, chamado pelo povo de tulha, iniciada a construção em 9 de setembro de 1785. O sobredito Celeiro Público estava estabelecido nas vizinhanças do pequeno largo da Conceição, pela parte do mar.

Profetizava Vilhena ao dizer que o Celeiro Público, “tão pequeno para aquele fim, que escassamente poderá receber em si mantimento para sustentar por três meses o povo desta cidade, além do que evidentemente se vê que S. Majestade mais ano, menos ano, há de mandar fazer uso dela para incorporá-la ao seu Arsenal da Marinha, não somente acanhado, como devassado por ele, e exposto a descaminhos, e prejuízos da Real Fazenda”. De fato, mais tarde foi o Celeiro Público anexado ao Arsenal da Marinha.

Pesquisando catadupas de manuscritos originais e inéditos e fontes impressas, não foi, pelo menos por mim, observado o registo do sítio onde estava instalado o Hospital de Marinha na cidade da Bahia. Tantíssimas são as referências em derredor do Hospital de Marinha nesta cidade, mas absolutamente carentes da localização do nosocômio em tela.

Destarte, mais recentemente, levando a efeito minudente exame de manuscritos originais concernentes a relatórios de inspeção do Arsenal da Marinha apresentados ao presidente da província da Bahia, a partir de 1863, tive a grata satisfação de constatar que o sempre citado Hospital de Marinha nesta cidade da Bahia funcionava no Arsenal da Marinha.

O governador e capitão-general D. Fernando José de Portugal ordenou a construção no Arsenal da Marinha, em 1790, da casa dos intendentess, corpo-da-guarda e dependências outras, tendo aquela instalação dois portões, um para a rua do Arsenal, assaz acanhada, e outro olhando para a igreja da Conceição da Praia. O Arsenal e Intendência Geral da Marinha ficavam próximos ao Estaleiro das Naus, na Ribeira das Naus, nas imediações do sítio onde hoje está o 2º Distrito Naval.

Havia um estaleiro para construção de naus e fragatas e outro menor, de nome Ribeirinha, para construção de corvetas e brigues de guerra. Uma bateria da Ribeira das Naus estava estabelecida junto do Arsenal, à margem do mar.

Além do estaleiro da Ribeira das Naus, o mais antigo e maior, são registados o de Itapajipe para construção de belonaves, o da Preguiça, o de Santa Bárbara, o de Matoim, da Ponta de Areia, na Boca do Rio Matoim, o de Novo Boipeba, o de Itaparica e o de Loreto para querena de embarcações.

O Conselho do Almirantado, em 27 de agosto de 1796, remeteu carta da rainha de Portugal, D. Maria I, que era enfraquecida da razão desde a morte do seu tio e marido D. Pedro III em 1786, para D. Fernando José de Portugal, tratando a respeito do aumento da Real Armada da Marinha, quando era determinado que no Arsenal estabelecido na cidade da Bahia, fossem construídos para a Real Armada, navios de guerra, fragatas e embarcações, nomeando para a dita construção Manoel da Costa, arquiteto construtor, e para seu contra-mestre Antonio dos Reis, sendo recomendado em particular sobre o plano e desenho de sua fabricação, e que não se intrometesse pessoa alguma, nem a que serve de intendente.

No ano de 1797, a rainha D. Maria I, fez saber que sendo-lhe presente a grande utilidade de serem governados os Arsenais da Marinha das diferentes capitanias da América por intendentes, que forem oficiais do Real Corpo da Marinha e de estabelecer nos dito arsenais o mesmo sistema de administração e contabilidade, que existe no Arsenal Real de Lisboa, foi servida estabelecer uma nova forma para o governo dos mesmos. Para tal mister, foi criado para cada um deles o lugar de intendentes da Marinha, com voto nas Juntas da Fazenda, do mesmo modo que foi estabelecido para o Arsenal da Bahia pelo Alvará de 3 de março de 1770, e Carta Régia de 11 de março do ano de 1797. Portanto, foi mandado executar e cumprir o Alvará datado de 12 de agosto de 1797.

Do Palácio de Queluz, foi solicitado parecer, em 19 de maio de 1797, por D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1º Conde de Linhares e secretário de estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, a D. Fernando José de Portugal, a respeito da petição de Domingos José Correa, na qual solicita ser nomeado boticário do Hospital Real da Santa Casa de Misericórdia dos Galés da Ribeira e das Armadas Reais, acrescentando que logo que fosse nomeado mandaria para o gabinete amostras das suas produções pertencentes aos reinos mineral, animal e vegetal, que receberia como procurador o padre Ignácio Joaquim de Almeida Brandão. Em 6 de agosto do mesmo ano, o referido secretário de estado encaminhou carta a D. Fernando José de Portugal a respeito da petição em tela, quando S. M. determina que se o suplicante merece ser atendido, o tome debaixo da proteção e do benefício que for compatível com o bem do real erário. Infere-se pelo teor dos referidos documentos, que a pia casa geria, na época, o chamado “Hospital Real da Santa Casa de Misericórdia dos Galés da Ribeira e das Armadas Reais”, pomposo nome para o Hospital da Marinha, que atendia os forçados de galés, no Arsenal da Marinha.

A mesma pia casa administrou o hospital militar, instalado no desativado e adaptado hospício da Palma na última quadra do ano de 1776 até 1777, para o atendimento aos militares que fossem feridos se os castelhanos, com oito regimentos de tropas de transporte, vindos da cidade portuária de Cádiz, invadissem a cidade da Bahia, consoante alerta, em 12 de agosto do mesmo ano, de Martinho de Mello e Castro, ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ao governador e capitão-general da capitania da Bahia Manoel da Cunha e Menezes. Mais tarde, em aviso de Martinho de Mello e Castro, dirigido a Manoel da Cunha e Menezes, com data de 18 de junho de 1777, foi comunicado haver-se ajustado entre a Corte de Madrid e a de Lisboa, uma cessação de armas e hostilidades.

Consoante minhas pesquisas em manuscritos originais e inéditos de 19 de janeiro de 1779, foi revelado o surgimento da peste das “bexigas” quase ao mesmo tempo do alerta e das medidas adotadas pelo governador para a fortificação da cidade do Salvador. A epidemia obrigou os médicos e cirurgiões a procederem a transferência dos doentes graves de varíola para o colégio dos extintos jesuítas, expulsados pelo Marquês de Pombal e os feridos e os que padeciam pequenas moléstias e convalescentes permaneceram no hospital do hospício da Palma, que foi originalmente reformado para atender os militares feridos se a invasão espanhola se concretizasse. Considerando a simultaneidade das atividades de defesa militar da capital e as imediatas medidas médico-hospitalares, infere-se que o Hospital Real Militar da Bahia funcionou, emergencialmente, pela vez

primeira, no antigo colégio dos jesuítas na última quadra de 1776, isto é, entre setembro a dezembro de 1776 e que, da mesma forma, a epidemia variólica surgiu no mesmo período.

Por conseguinte, não deve ser considerado o meu primeiro comunicado, errôneo, pelo qual a data da instalação primeira, emergencial e provisória, do Hospital Real Militar da Bahia no colégio dos jesuítas se deu em 1778. A pesquisa de antanho é dinâmica e apresenta, portanto, resultados mutáveis. E a nova revelação da data da história do Hospital Real Militar da Bahia é o efeito de minhas pesquisas incessantes, exaustivas, abeberando-me em fontes primárias de manuscritos raros e avelhados pelo cursar inexorável do tempo, abrigados em arquivos.

O governador D. Fernando José de Portugal remeteu ofício de 13 de junho de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual informava acerca do requerimento de Domingos Jozé Correa, químico-farmacêutico aprovado pelo Régio Tribunal da Junta do Protomedicato, boticário e visitador de todas as boticas da cidade da Bahia e seus recôncavos, para que lhe fosse dado o fornecimento de drogas e medicamentos que necessitasse o Hospital Militar e que fossem precisos para se curarem os soldados e marinheiros das naus, e fragatas da Coroa, pondo a botica a sua custa. Informou D. Fernando José de Portugal que “quando se concluir o novo Hospital Militar, que será com brevidade, se hade nelle estabelecer Botica por conta da Real Fazenda por parecer assim mais conveniente, ...”.

O sobredito documento tem extraordinário valor, porquanto mostra que o hospital militar, que estava sendo concluído, deveria entrar em funcionamento definitivo ainda no ano de 1800, provavelmente no segundo semestre do referido ano.

Histórico ofício do governador e capitão-general da capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal, com data de 4 de outubro de 1799, para D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1º Conde de Linhares, revela que esta é a verdadeira data da criação do Hospital Real Militar da Bahia, negando e contradizendo, por conseguinte, a data de 18 de fevereiro de 1788, anunciada por avoengos e coevos historiadores afamados. Provavelmente, equivocadamente, os historiadores incorporaram a data de 18 de fevereiro de 1808, da criação da Escola de Cirurgia da Bahia, primeira instituição de ensino médico do país, à data do ano de 1788, que regista a chegada à Bahia do governador D. Fernando José de Portugal, aqui aportado em 17 de abril de 1788, tomando posse no governo no dia seguinte, 18 de abril de 1788. Não poderia, assim, criar o Hospital Real Militar da Bahia em 18 de fevereiro de 1788.

Reza assim um dos textos do histórico ofício: “Como hum dos grandes inconvenientes que tinha o curativo na Santa Casa da Misericórdia era a falta de acomodações por não haver caza de convalescença, nem enfermarias separadas para certas molestias contagiosas e outros commodos precisos para a regência do mesmo hospital, muito mais achando-se alli tãobem estabelecido o da caridade, em que se recolhe toda a pobreza de ambos os sexos, lembrei-me de que com alguma despeza, se podia fazer hum bom hospital no Collegio de Jesus dos extinctos Jesuitas, aproveitando para este fim hum edificio nobre, e evitando-se que o tempo o não acabasse de destruir e arruinar de todo, o que igualmente proponho na Junta da Real Fazenda, se assentou em mandar proceder ao concerto necessario , evitando-se desta sorte a maior despeza de hum novo hospital, que fica sendo desnecessario, e para que esta obra se fizesse com toda a economia possivel foi encarregado da sua inspecção Francisco Gomes de Sousa, contador da Real Fazenda, que actualmente está servindo de Escrivão d’ella, por se confiar do seu zelo e actividade conhecida, o desempenho desta commissão, a que já se deu principio, esperando-se que dentro de hum anno pouco mais ou menos, fiquem os doentes alli recolhidos...”.

O Hospital Real Militar da Bahia já estaria concluído em agosto ou setembro de 1800, pois ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho para D. Fernando José de Portugal, firmado no Palácio de Queluz, a

17 de setembro de 1800, dava conta do requerimento de José Soares de Castro, solicitando o cargo de cirurgião-mor do Hospital Militar da cidade do Salvador. O mesmo raciocínio cabe para a data do requerimento do médico Luiz Fernandes de Alvarenga, que havia solicitado emprego no Hospital Militar da Bahia, consoante ofício do 1º Conde de Linhares para o governador e capitão-general da Bahia, com data de 1º de outubro de 1800.

O cirurgião-mor José Soares de Castro, nascido em Portugal, em 1772, formou-se no Colégio S. José, de Lisboa. A pedido do Dr. José Correia Picanço, cirurgião-mor do Reino, foi nomeado, por ofício de 23 de fevereiro de 1808, para dar lições teóricas e práticas de anatomia e as de operações cirúrgicas no Hospital Real Militar desta cidade, ao lado do também cirurgião-mor Manoel José Estrella, nascido no Rio de Janeiro, quando, em 18 de fevereiro de 1808, criou-se a Escola de Cirurgia pelo príncipe regente, ao depois D. João VI, a qual foi a primeira instituição de estudos médicos no Brasil.

Com a chegada do príncipe regente ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, para instalar a Corte, teve início a extinção, assaz lenta, que durou quase meio século, da construção naval de embarcações de grande calado no Arsenal da Bahia, preferindo o Arsenal do Rio de Janeiro para construção e reparos da Marinha.

Criou-se o Hospital de Marinha do Recife em 1832 e, no Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras, surgiu o Hospital da Armada em 3 de maio de 1834.

1834 – Manuscrito original e inédito, por mim estudado, revela que foi enviado pelo Palácio do Rio de Janeiro ofício ao 7º presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, com data de 11 de janeiro de 1834, firmado por Joaquim José Rodrigues Torres, exarado nos termos seguintes: “Convindo saber-se qual seja a despeza que se tem feito com a enfermaria ahi estabelecida no Arsenal da Marinha como V. Ex.^a communicara a esta Secretaria d’Estado em officio de 10 de Julho de 1832 e na forma de Avizo de 27 de Agosto seguinte; Manda a Regencia em Nome do Imperador que V. Ex.^a haja de ministrar com urgencia a necessaria Informaçao a tal respeito; declarando igualmente por esta occazião se não seria mais conveniente que os doentes dos Navios da Armada fossem ahi curados nos Hospitais Regimentais do Exercito, como até agora se tem praticado nesta Côrte. O que V. Ex.^a cumprirá. Deos Guarde a V. Ex.^a “

Infere-se, pelo teor do manuscrito, que uma “enfermaria” já estava instalada no Arsenal da Marinha da província da Bahia desde 1832 e que, por razões de contenção de despesas, sugeriu-se que os doentes dos navios da Armada fossem tratados no Hospital Regimental do Exército, que funcionava no quartel da Palma, como já vinha sendo feito no Rio de Janeiro.

Em 15 de janeiro de 1834, estavam “estacionados” neste porto, os navios de guerra Imperatriz, corveta Regeneração, fragata Bahiana, brigue-barca Pirajá, brigue-barca Norte, brigue-barca Nove de Agosto e corveta Sete de Abril.

Em 14 de fevereiro de 1827, foi feito requerimento por Bernardino José d’Almeida, aprovado em cirurgia e que serviu a Sua Majestade por espaço de 5 anos como ajudante do extinto primeiro regimento de linha desta praça, e que fora também encarregado de levar, como levou, a “vaccina a Angola e Benguella”, ultimamente fora encarregado pelo governo provisório “erecto no Recôncavo de examinar os recrutas enviados da V.^a de Santo Amaro p.^a o Exercito Pacificador, alem das mais deligencias da sua Arte de q.’ fora encarregado pelas Authoridades da mesma Villa sem que destes serviços exigisse alguma satisfação do seu trabalho e daquelles outros pedisse e tivesse a menor recompensa;”... e pelo fato de “chegar a noticia q.’ o Cirurgião mor Francisco Rodriguez Nunes encarregado do curativo das Galles tem por suas occupaçoens deixado de cumprir com as suas obrigaçoens aseu cargo, e que V. Ex.^a determina prover este lugar em pessoa q’ tem o desempenho

p.^a o q.’ o Supplicante sepersuade ter amesma capacidade” ... solicitando “fazer-lhe a Graça de o mandar prover no ditto emprego em attenção dos seus serviços.” E no mesmo dia, o delegado do cirurgião-mor da Armada, Bernardo Antonio de Araújo, deu parecer favorável à petição.

O intendente da Marinha, Pedro Ferreira de Oliveira, apresentou ao 9º presidente da província, Francisco de Souza Paraíso, “demonstração da receita e despesa que teve pela caixa Geral o Pagador de Marinha, em o mez de Mayo de 1837”, com os balancetes do cofre da repartição pertencentes ao citado mês. No dito balancete, está consignado que foi “pago ao Hospital da Caza da Santa Misericordia, pelos curativos de um forçado da Galé; que se tratou de bexigas20\$000”

Havia, portanto, “Prizão de Galé” instalada no Arsenal da Marinha da Bahia. Em 28 de julho de 1838, registou-se o sucesso em que um escravo, cujo nome não foi informado, foi “conduzido para esta prizão da Galé por um Inspector do Quarteirão desta Freguez.^a da Conceição da Praia, por ordem do Juis de Pás”. Em 2 de abril de 1844, forçados da prisão da Galé evadiram-se do serviço à ladeira da Preguiça. Foi por mim examinado, assinado pelo furriel-encarregado, Antonio João de Souza, “mappa demonstrativo dos Forçados a Galés existentes na mesma Prizão da Galé no Arsenal da Marinha da Bahia”, no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1861.”

Em 1838, manuscrito original refere-se ao “Hospital” sem esclarecer se é o Hospital da Marinha ou se é o Hospital Regimental da Guarnição de Salvador, antigo Hospital Real Militar. O sobredito manuscrito, remetido ao 11º presidente da província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia d’Almeida, regista o seguinte: “Ilm.^o e Exm.^o Senr. Incluzo Remetto a V.Ex.^a a Relação dos Recrutas tanto do Exército como da Marinha que se achão doentes no Hospital, dos quaes já dous falecerão. Deos Guarde a Vossa Excellencia. – Bordo da Charrua Carioca á vella em (sic) (curiosamente omite o dia) d’Outubro de 1838 – Luiz Caetano d’Almeida – Capitão Tenente Commandante

Relação dos Recrutas que se achão no Hospital: Exercito – Manoel Antonio, Ignacio de Brito, Manoel Gomes

Marinha - Martinho de Souza, Benedicto Jozé da Silva, Raymundo Nonato, João Antonio, Romão Antonio

Fallecerão no Hospital os recrutas João Paulo, do Exercito, e Antonio Rebello, da Marinha.”

Certamente trata-se do Hospital de Marinha pelo fato do relatório ter sido elaborado por um capitão-tenente-comandante da Marinha. Além do mais, os ditos recrutas foram atendidos no sobredito hospital e deveriam, por certo, embarcar para a Corte. Quando enfermos, ficaram internados no “Hospital” de Marinha, onde foram assistidos. Observa-se, ademais, no manuscrito, que o Hospital de Marinha também atendia os recrutas do Exército. Todavia, não se afasta a possibilidade dos recrutas em referência terem sido atendidos no Hospital Regimental da província da Bahia.

Os cirurgiões do Hospital Militar, também chamado de Hospital do Colégio, Antonio Policarpo Cabral, 1º médico interino, Prudêncio Jozé de Souza Britto Cotegipe, 2º médico interino e Francisco Pereira Sebrão de Almeida, 2º cirurgião-mor, submetem à avaliação médico-pericial, com a emissão do competente atestado, em 1º de janeiro de 1832, o capitão-tenente Pedro Ferreira de Oliveira.

Da mesma maneira, os termos dos ofícios abaixo exarados mostram atividades no âmbito médico-pericial que são mais específicas da medicina naval, e que poderiam ser desenvolvidas

preferencialmente nos hospitais de Marinha, não excluindo a colaboração do Hospital Regimental da Guarnição em tais procedimentos médicos.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque enviou ofício, do Palácio do Rio de Janeiro, ao 12º presidente da província da Bahia, Paulo José de Mello Azevedo e Britto, com data de 6 de novembro de 1840, informando que “tendo chegado á esta Côrte, incapazes de servir e até com moléstias contagiosas, os recrutas remetidos de algumas províncias do Imperio, e convindo, abem da humanidade do Serviço Publico, evitar, quanto antes, continuação de semelhantes remessas, Determina S. M. O Imperador, que jamais se mande recrutas para os Navios, que os não de conduzir, affectados de qualquer enfermidade; que, antes de embarcar, se vaccinem os que não tiverem tido bexigas; e que abordo dos referidos Navios só se receba certo numero, conforme a sua lotação, dando-se-lhes, para os resguardar de chuva e humidade, lugar commodo e a roupa necessaria; e não sendo obrigados a fazer o serviço, pertencente ás tripulações: o que participo a V.Ex.^a para seu conhecimento, e expedição das precisas ordens a tal respeito.”

João da Cunha Lustosa, Marquês de Paranaguá, oficiou ao 13º presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 31 de julho de 1841: “Tendo a experiência mostrado que graves inconvenientes resultão de virem amontoados em os Navios de Transporte os individuos que das Províncias são enviados para esta Côrte, afim de servirem no Exercito e Armada, desenvolvendo-se por isso a bordo de tais Navios molestias contagiosas o que tem occasionado a perda de muitas vidas; e com gravissimo prejuizo do Serviço Nacional, como ultimamente acontecera com os que conduzião recrutas e tropa para o Rio Grande do Sul; e sendo de absoluta necessidade prover de prompto remedio a semelhante abuso, Determina Sua Magestade O Imperador que todas as vezes que se houver de fazer transportar recrutas ou quais quer outros individuos, alem das providencias já recommendadas haja todo o cuidado afim de que pessoas que o Navio para isso destinado poder convenientemente transportar: o que communico a V.Ex.^a para seu conhecimento e prompta execução.”

Correspondência do Marquês de Paranaguá ao 13º presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 23 de agosto de 1841, dizia: “Tendo o Intendente da Marinha desta Provincia dado parte em officio n.º 47, de 3 do corrente mez, achar-se ahi a titulo de doente o 2º Tenente d'Armada Gerardo João Damazio de Souza Freire, que fôra nomeado para ir servir na Provincia das Alagôas; determina Sua Magestade o Imperador que V.Ex.^a ofaça promptamente partir para o seu destino e que no cazo de elle ainda escuzar-se por molestia ao cumprimento desta ordem o mande recolher ao Hospital afim de ser ali tratado, para poder seguir asua viagem, o que não executando logo que restabelecido se ache Ordena O Mesmo Augusto Senhor que V. Ex.^a ofaça regressar prezo para esta Côrte. Assim o communico a V.Ex.^a para sua intelligencia e execução.”

Do Ministério da Marinha, firmado por Joaquim José Rodrigues Torres, ofício de 5 de maio de 1843 foi remetido ao presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos: “ Sendo necessário evitar despesas inuteis e outros inconvenientes, que resultão de assentarem Praça nas Províncias ou serem d'ahi remetidos para esta Corte individuos, que não estejam nas circunstancias de servirem abordo dos Navios da Armada ou no Corpo de Artilharia da Marinha, Ordena Sua Magestade O Imperador que Vossa Excellencia não consinta que seja remetido d'essa Provincia nem assente Praças nos Navios n'ella estacionados, nenhum individuo que não tenha sido préviamente examinado e reconhecido ter qualidades fizicas necessárias para o serviço; devendo este exame ser feito por u'a Junta de Facultativos, ou pelos meios que Vossa Excellencia mais conveniente julgar.”

Em 2 de Março de 1847, o 15º presidente da província da Bahia, Antonio Ignacio de Azevedo, recebeu do Palácio do Rio de Janeiro, correspondência firmada por Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcante d'Albuquerque: “Continuando à vir de algumas Provincias, incapazes de

servir, recrutas remetidos para a Marinha, apesar das reiteradas circulares por esta Secretaria expedidas afim de evitar-se a remessa de individuos naquelle estado; Manda novamente Sua Magestade O Imperador recommendar a mais exacta observância das disposições das referidas circulares, e Determina outro sim que taes recrutas venhão sempre acompanhados de uma certidão de inspecção de saude, àque deve ser ahi submettidos, antes de embarcarem, para poder-se responsabilizar-se os Facultativos q' formarem essa inspecção o que communico a Vossa Excellencia para sua intelligencia e execução."

Ao 24º presidente da província da Bahia, Herculano Ferreira Pena, foi remetido officio da 1ª Seção do Ministério dos Negócios da Marinha, de 20 de março de 1860, assinado por Francisco Menezes Paes Barreto, comunicando que "Sendo necessario que um Cirurgião do Corpo de Saude da Armada alterne o serviço com o Segundo, que ahi se acha empregado no Hospital de Marinha, á vista das rasões defendidas pelo 1º Cirurgião do referido Hospital na representação que com a do Cirurgião mor da Armada me foi transmittida pelo Quartel General da Marinha em Officio nº 540, de 15 do corrente; Sua Magestade O Imperador Ordena que V. Ex.º faça designar para esse fim o da Companhia de Aprendizizes Marinheiros dessa Provincia."

Em circular da 1ª seção do Ministério dos Negócios da Marinha, de 25 de janeiro de 1865, recebeu o 29º presidente da província da Bahia, Luiz Antonio Barbosa de Almeida, officio firmado por Francisco Xavier Pinto Lima, nos seguintes termos: "Attendendo a que na actualidade a remessa de recrutas para a Corte deve ser em maior escala, recommendo a V. Ex.ª a execução das necessarias ordens, para que haja muito escrupulo da parte da Junta de Saude, no exame dos ditos recrutas, que forem aprovados para o serviço naval, poupando-se assim despezas inuteis aos cofres publicos."

O jornal "O Imparcial", desta capital, divulgou em 4 de novembro de 1848 a seguinte nota, dirigida ao 19º presidente da província Francisco Gonçalves Martins, ao depois Barão e Visconde de São Lourenço: "... tratando-se agora do Arsenal da Marinha, com o qual vem tornar-se muito maior a capacidade desse estabelecimento, se pode aproveitar esta tão oportuna ocasião, parece que de propósito encaminhada pela Providência para com nenhum dispêndio da Província, por ser essa obra da administração geral, substituir-se a acanhada entrada do mesmo arsenal, pessimamente colocada em uma rua estreitíssima, imunda, e sempre obstruída de volumes, cadeiras, etc."

Esta substituição é, ao nosso ver, facilíma, fazendo-se demolir o muro que cinge a parte do arsenal fronteiro ao adro da Igreja da Conceição da Praia, substituindo-se por outro que corra em linha reta da quina da casa do Sr. Intendente da Marinha te o parapeito do cães do arsenal, em cujo centro de colocaria o novo portão de entrada; do outro lado, o lado oposto também conviria correr outro muro da quina da casa contígua ao celeiro seguindo a direção do mar, igualmente com seu portão para dar entrada para a parte do arsenal do lado do Sul, de que resultava mais a este estabelecimento a vantagem de ficar dividido em duas seções sendo uma para a construção de Navios, guarda de madeira e o que mais conviesse, e outro que é a atual para a residência do Intendente, e repartições subalternas, etc."

Desta pequena alteração resultarão as seguintes vantagens: 1º - de haver uma nova entrada para o celeiro público, para onde hoje se entra por uma porta que mais parece um chiqueiro ou estribaria, do que um lugar marcado para a guarda de gêneros de primeira necessidade, e onde diariamente concorre grande número de pessoas; 2º - de se ter mais uma praça na cidade baixa, à beira mar, e que sendo a exemplo da do Comércio plantada de árvores seria além de um lugar de recreio, de muito mais comodidade para o serviço de carros, seges, cadeiras e mais veículos de condução que sohem se ajuntar na porta do arsenal quando há embarque ou desembarque de presidentes ou pessoas de representação que aportão a esta Cidade. 3º - de fazer-se na beira mar dessa praça um bom caes para servidão pública (independente dos do arsenal) porque infelizmente, com vergonha o confessamos, não há em toda esta imensa Bahia da segunda província do império um cães de

desembarque, por não contarmos nesse número compreendidas essas escadas de madeira que as expensas de alguns particulares existem lançados ao mar. 4º - de ficar desafrontado o magestoso templo da Conceição obra digna de ser admirada, e que jaz emparedado entre duas ruas estreitíssimas, e imundas, uma montanha por detraz, e um muro pela frente.”

O cônego Francisco Pereira de Souza, pároco da Conceição da Praia, oficiou em 27 de outubro de 1853 ao arcebispo D. Romualdo Antonio de Seixas mostrando o equívoco que houve em um ofício do 1º vice-presidente da província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, acerca dos emolumentos exigidos na freguesia da Conceição da Praia pelo enterramento das praças da Marinha, que não excedessem a quantia de cinco mil réis, e declarou ao mesmo tempo que estava pronto a fazer redução proposta pelo mesmo vice-presidente. Esses emolumentos foram reduzidos para dois mil e oitocentos e oitenta réis, de acordo com o estabelecido na freguesia de Santana.

Assinado por José Antonio Saraiva, o Ministério dos Negócios de Marinha enviou ofício de 20 de junho de 1858 ao 1º vice-presidente da província da Bahia, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, ao depois Visconde de Sinimbu, que tinha o seguinte teor: “Em vista do que representou o Cirurgião Mór da Armada, e me foi communicado pelo chefe de Esquadra encarregado do Quartel general em Officio nº 952, de 6 do Corrente, por motivo de haver apparecido no Hospital de Marinha da Corte grande numero de doentes de bexigas, principalmente entre os recrutas vindos do Norte; cumpre que Vossa Excellencia recomende a execução das ordens expedidas por esta Secretaria de Estado, para que se não enviem recrutas sem terem sido examinados.

E porque a experiencia tenha mostrado que, depois de alguns annos, a vaccina perde a sua força preventiva; convem que Vossa Excellencia como lembra o mesmo Cirurgião Mor, para novamente vaccinar todas as praças, que o tiverem sido a dez annos, ainda que com proveito á semelhança do que se pratica na Europa, onde se acha estabelecida a renovação da vaccina dentro daquelle prazo.”

O 1º vice-presidente da província, Manoel Messias Leão, recebeu ofício do Ministério dos Negócios da Marinha de 22 de julho de 1858, assinado por José Antonio Saraiva, com o seguinte teor: “Devendo o cirurgião do Corpo de Saude da Armada, empregado nas companhias de Aprendizes Marinheiros das Provincias perceber os mesmos vencimentos e vantagens dos que servem dos que servem nos Hospitaes de Marinha; assim o communico a V. Ex.^a, para seo conhecimento, e execução na parte que lhe toca...”

Decreto de abril de 1849 organizou o Corpo de Saúde da Armada.

1859 – O excelso Monarca, o Imperador D. Pedro II, ao visitar a cidade da Bahia em 6 de outubro de 1859, dirigiu-se no dia seguinte, sexta-feira, logo depois das 6 horas da manhã, ao Arsenal da Marinha, descendo pela ladeira da Preguiça, trajando uniforme de almirante, acompanhado do ministro do Império, onde realizou minuciosa visita que durou quase 3 horas.

Percorreu todas as repartições do Arsenal, examinou a escrituração, as oficinas, a rouparia, o dormitório, a dispensa e a escola de aprendizes menores, a um dos quais questionou em aritmética. Tomou café e pão do almoço dos mesmos menores. Depois, passando ao Celeiro, observou a casa e a farinha, informando-se dos seus preços e de vários outros objetos. No Arsenal vários forçados lhe pediram graça, e S. M. mandou tomar-lhes os nomes, e exigiu uma notícia circunstanciada a seu respeito.

S. M. observou que no portão do Arsenal da Marinha havia a data de 1790. Assinalou a existência de estaleiro de pedra. Achou boa a oficina de máquinas, a qual tem, todavia, poucos operários e opinou que “a máquina que dá movimento às outras é de 15 até 24 cavalos e esta se tratando de montar um sistema de ventiladores movidos pela mesma máquina.”

Achou bem “arranjado” o quartelamento dos aprendizes menores e notou que as camas estavam perto uma das outras, por falta de espaço para todas e não achou conveniente que os dormitórios fossem de telha vã. Não concordou com o intendente, que mostra-se “avesso à admissão” dos meninos de cor. Não achou todos os gêneros de primeira qualidade, “sendo melhores alguns do Hospital, e dos marinheiros.”

Achou S. M. que o hospital estava mal colocado, “porque se acha sobre o celeiro, que convirá remover daí, mesmo para polícia do Arsenal e por baixo da casa de velas, cujo madeiramento ameaça ruína.” ... “O médico apareceu para a visita depois da hora marcada para ela: 9 horas.”... “Não ha aparelho de cirúrgica (sic) no hospital, nem botica. Pedi diversas informações ao intendente que juntarei. A limpeza do hospital faz-se em cubas de pau!”

Respeitante à necessidade de aquisição de instrumentos cirúrgicos para o Hospital de Marinha, o 24º presidente da província da Bahia, Herculano Ferreira Pena, que exerceu suas funções de 28 de setembro de 1859 a 26 de abril de 1860, sendo exonerado em 20 de março de 1860, recebeu ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, em 21 de abril de 1860, firmado por Francisco Menezes Paes Barreto, ao presidente da província da Bahia: “Em solução ao Officio dessa Presidencia n.º 49 de 12 de Março findo, que acompanha uma representação do 1º Cirurgião encarregado do Hospital de Marinha dessa Provincia, sobre a necessidade de instrumentos cirurgicos segundo a relação que veio annexa, de escarradeiras para uso dos doentes, augmento das enfermarias, e maior numero de enfermeiros; tenho a esclarecer a V.Ex.^a que já foram em 4 do corrente expedidas as convenientes ordens para a remessa de duas caixas que se achão promptas, contendo os instrumentos pedidos, á excepção de alguns que em consequencia do parecer do Cirurgião Mór da Armada, resolveo o Governo não fossem fornecidas aos Cirurgiões da Armada, por serem instrumentos comuns e pertencentes a estojo d’algibeira, que devem aos mesmos Cirurgiões comprar á sua custa; e quanto ao mais, se resolverá em tempo opportuno.”

O Dr. Jerônimo Sodré Pereira, “2º Cirurgião contractado para a Companhia de Imperiaes Aprendizes Marinheiros”, remeteu ofício em 22 de fevereiro de 1868 ao Dr. Jozé Bonifácio Nascentes de Azambuja, 32º presidente da província da Bahia, comunicando que naquela data começaram os trabalhos preparatórios da Assembléia Legislativa provincial, da qual era membro, e como tal tinha de tomar assento na referida Assembléia. Entendia ele, que em nada lhe proibia o exercício cumulativo das funções de membro da Assembléia provincial, e de médico da mencionada Companhia. Ponderava que, “se se considerar o lugar que exerço, como emprego publico, segundo pensam alguns, por me achar gozando durante o prazo do contracto das vantagens, e desvantagens inherentes á este cargo, he claro, que o Acto adicional me faculta a opção; se no entanto for encarado debaixo do ponto de vista de mero contracto, o que aliás repúto indubitável, em prezença da letra do Avizo, á que acima alludi, então me parece também evidente, nada me inibe a accumulção, visto não haver incompatibilidade de horas etc. Marca o regulamento de bórdo, que o medico passa a vizita ás 8 horas da manhã, e só de 11 em diante começam as sessões da Assembleia Legislativa Provincial, de accôrdo com o determinado em seu regimento interno.” “Vossa Excellencia, entretanto, julgará como entender de justiça; ...”

Em 17 de julho de 1869, os enfermeiros, cozinheiros e serventes internos do Hospital da Marinha da província da Bahia, representados por Bemvindo Teixeira Landy, fizeram petição ao desembargador presidente da província, Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha, por não ter até o dito dia “recebido seus vencimentos do mês de Junho próximo passado por ter a Thezouraria da Fazenda declarado estar esgotada a respectiva consignação, vem os Supplicants respeitosamente pedir a Vossa Excellencia, q.’ lhes mande pagar sobre a responsabilidade de vossa Excellencia, como permite a lei: visto q.’ os Supplicants, alem de serem onerados de família, são minimamente pobres, e não possuem outros meios que fação face as suas despezas.”

O presidente da província despachou na sobredita petição: “Pague-se sob a responsabilidade do Govrº da Bª em 26 de Julho de 1869.”

1863 –O relatório apresentado ao 27º presidente da província da Bahia, conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, pelo capitão de mar e guerra e inspetor do Arsenal da Marinha, em 16 de fevereiro de 1863, revelava a existência no Arsenal das seguintes instalações: o Arsenal propriamente dito; Almoxarifado; Instrução; Hospital; Companhia de Artífices Menores.

1866 – Relatório de 11 de janeiro de 1866 especificava o Arsenal; Hospital; Companhia de Aprendizes Menores; Companhia de Aprendizes Artífices.

1876 - Relatório de 18 de fevereiro de 1876 discorria sobre o Arsenal da Marinha; Almoxarifado; Oficinas; Hospital de Marinha; Companhia de Menores de Aprendizes Marinheiros; Companhia de Aprendizes Marinheiros; Aulas.

O relatório referente ao ano de 1863 dizia, inicialmente, que “Tristemente principiou este Estabelecimento em hum resumido e escuro espaço poupado a casa da Tropa no primeiro pavimento da Caza do Celeiro publico. O quanto hum e outro (Arsenal e Celeiro) se repellem não foi ja mais sufficiente para a remoção de hum. Graças ao Zelo dos differentes Intendentes e Facultativos que se considerão foi sempre em progressivo melhoramento a condição do Estabelecimento até onde não impossibilitou a ausencia de tudo quanto importa proporções hygienicas: estado em que enojou a Sua Magestade o Imperador por ocasião de honral-a com sua visita, que todavia se lhe tornou providencial.

Comprehendeo-se então a absoluta, instante necessidade de hum melhoramento mais efficaz: e não foi talvez se não n’este intuito, que se se evacuou o pavimento superior, que que até então servia de casa das velas, as quais se passarão para hum novo edificio.”

He este pavimento assaz espaçoso, desafogado e ventilado. Não se trepidou na falta de hu’a verba para os precizos reparos a affeiçoal-o a um Hospital. Com os proprios recursos do Arsenal do decurso de anno e meio reparou-se o cobrimento, assoalhou-se todo o pavimento, forrou-se o teto, levantarão-se paredes, que o dividirão em trez grandes Enfermarias paralelas de 119 palmos de comprimento cada h’ua, 34 ½ de largura, contendo 30 leitos, dous Salões nos extremos com 71 palmos de comprimento, para passeio dos convalescentes, Casas de operações, de Banhos, Quartos de enfermeiros, Cloacas, Botica, cozinha etc. o que tudo junto no aceio em que he entretido, e aos recursos ao dispor dos Facultativos, (Instrumentos e aparelhos) fal-o importar hoje, se não em tamanho, mas a todos os demais respeitos, o primeiro Estabelecimento de Saúde da Província. Passa-se a trabalhar no primeiro pavimento para affeiçoal-o aos precizos depósitos e arrecadação de todo o Serviço do Hospital e Enfermarias dos prezos.

Observa o 1º Cirurgião encarregado do estabelecimento a falta de mais hum Facultativo afim de poder haver hum diariamente de serviço, sendo insufficiente o do Quartel dos Aprendizes Marinheiros que se mandou servir no Hospital, em razão de ser freqüentemente chamado para o serviço que lhe compete a Bordo do navio Quartel. Precizão ser nomeados dous Enfermeiros em lugar de hum que falleceo José Joaquim de Araújo Silva, e de outro que com licença a Presidencia se recolheo a Corte, Leopoldo Ruinos de Cedro.

Ponderei no relatorio do anno passado a necessidade da nomeação, e ou antes criação dos lugares de Escrivão, Almoxarife e Porteiro, funções que desempenhão os Enfermeiros, que para isso força he que faltem ao serviço que lhes incumbe no pé dos Doentes. Sobre achar-se consideravelmente atrasada a escripturação do Hospital ella he hoje de algu’a ponderação a vista do pé em que se acha montado o estabelecimeto.

Pouco tão bem acreditado na escripturação da Botica feita pelo Pharmaceutico e seos praticantes. He para meios de religiosa crença que o serviço deve ser desempenhado por quem delle faz a sua profissão.

Tratarão-se durante o anno que ultimou 781 doentes, dos quaes morrerão 14. Honra-me ponderar o bem que tem se desempenhado assim por suas habilitaçoes profissonaes por Zello e humanidade, como por seo bello comportamento, os Facultativos Doutores João José Damazio, Horacio Cezar, e Pedro Manoel Alvares Moreira Villaboim.”

O 30º presidente da província da Bahia, Manoel Pinto de Souza Dantas, recebeu relatório de 11 de janeiro de 1866, concernente ao hospital: “Continuão-se os melhoramentos neste Estabelecimento; contem as enfermarias para tratamento de cento e cincoenta Doentes, e em circunstancias extraordinarias para Duzentos guardadas as convenientes distancias de um a outro leito: A Botica está regularmente provida. Derão-se as seguintes occurrencias = por Avizo de 13 de Junho do proximo passado forão chamados a Corte os primeiros Cirurgiões Dr. João José Damazio e João Francisco de Almeida Fernandes em virtude do que foi por acto da Presidencia de 8 de Julho contractado o Dr. Domingos Carlos da Silva para como 2º Cirurgião prestar serviços no Hospital. O 1º Enfermeiro Bemvindo Teixeira Santos obteve trez mezes de licença, entrando no gozo d’ella no dia 1º de Outubro do p. passado apresentando-se no dia 8 do corrente, tendo sido substituido pelo 2º Enfermeiro Francisco dos Santos Alvarez. Por acto da Presidencia de 8 do presente foi rescindido o contracto conforme pedio o Dr. Domingos Carlos, sendo substituido pelo 1º Cirurgião d’Armada o Dr. José Marcellino de Mesquita, sem acumular mais vencimento ou gratificação alguma alem da que percebia como Cirurgião da corveta D. Januaria. O movimento dos doentes havido desde 1º de Março até o fim de Dezembro ultimo vai demonstrado no incluzo mappa. Os doentes do Exercito d’elle constante forão recebidos por ordem da Presidencia com declaração de serem as Despezas feitas por conta do Ministerio da Guerra; o numero desses doentes subio no mez de Novembro a cento e trez; o tratamento d’elles foi confiado ao 1º Cirurgião reformado do Corpo de Saude do Exercito Dr. Rozendo Aprígio Pereira Guimarães, e ultimamente ao Dr. Francisco Pereira de Almeida Sebrão.”

O Dr. Sebrão formou-se em medicina, na Bahia, em 1850 e fundou, em 1855, o afamado Colégio Sebrão, instalado, na sua origem, em casa nobre à ladeira da Gameleira, tendo nele estudado o imortal poeta Castro Alves.

Estava consignado, de maneira sinóptica, o relatório do capitão-de-fragata Helvécio de Souza Pimentel, inspetor interino da Inspeçtoria do Arsenal de Marinha da Bahia, apresentado ao conselheiro Dr. Luiz Antonio Pereira Franco, ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha em 31 de janeiro de 1876, de conformidade com o preceito ao § 21 do art. 10 do Regulamento dos Arsenais de Marinha, que baixou com o Decreto nº 5622 de 2 de maio de 1874:

“Hospital da Marinha = Esta dependencia do Arsenal acha-se regular e satisfatoriamente montada e cujo serviço desempenhado sob as vistas immediatas do Cirurgião de Divisão Dr. Horacio Cesar é feito a aprasimento geral.”

Durante a inspeção às oficinas do Arsenal da Marinha, observou-se que “... no intuito de melhorar o consumo de gas em todo o Arsenal foi collocado na entrada, entre os dois portões, um regulador geral em substituição dos diversos parciais que funcionavão; excepção feita do que indicava o consumo de gas da illuminação do Hospital que deve ser discriminada, por não ter de ser pago pela verba = Arsenal – .”

CONCLUSÕES

O minudente exame dos manuscritos originais em derredor do Arsenal da Marinha na Bahia, revelou, para inefável gáudio meu, que o Hospital da (de) Marinha da Bahia estava funcionando nas instalações do “Arsenal da Marinha da Bahia” desde 1832, e, certamente, muito tempo antes, no velho Celeiro Público, cuja construção iniciou-se em 1785.

Foram mostrados alguns aspectos das dependências e atividades do sobredito nosocômio, em épocas diferentes, e abordados traços do desempenho médico-pericial da Armada, desenvolvido no Hospital da (de) Marinha na Bahia.

Os manuscritos pesquisados revelaram que na província da Bahia já estava instalada no Arsenal da Marinha, com diferentes denominações, a Companhia de Aprendizes Marinheiros em 1858; Escola de Aprendizes Menores em 1859; Companhia de Imperiais Aprendizes Marinheiros em 1868; Companhia de Artífices Menores em 1863; Companhia de Aprendizes Menores e Companhia de Aprendizes Artífices em 1866 e Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros e Companhia de Aprendizes Marinheiros em 1876.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

DOCUMENTOS MANUSCRITOS ORIGINAIS E INÉDITOS

Arquivo Público do Estado da Bahia – Marinha – Presidência da Província – Governo -Avisos recebidos do Ministério da Marinha – Originais – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – (1834-1838) - 931 – nº 114 - p. 36 – 11.1.1834; Ibidem – (1834-1838) – 931 – nº 114 – p. 6-9 – 15.1.1834; Ibidem - (1839-1845) – 932 – nº 18 – p. 66 – 6.11.1840; Ibidem – nº 29 – p. 35 - 31.7.1841; Ibidem – nº 35 – p. 40 - 23.8.1841; Ibidem – nº 16 – p. 20 – 5.5.1843; Ibidem – (1846-1842) - 932-1 – nº 78 – p. 6 – 2.3.1847; Ibidem – (1858) - 935 – nº 142 – p. 103 – 20.6.1858; Ibidem – nº 141 – p. 102 – 22.7.1858 - Ibidem – (1860) - 937 – p. 59 – 20.3.1860; Ibidem - p. 83 – 21.4.1860; Ibidem – (1865) - 941 – p . 27 – 25.1.1865.

Ibidem – Série: Militares – Quartel da Inspeção Militar - (Médico das Galés) – 1827- 1878 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Maço: 3692 – (14.2.1827)

Ibidem – Série: Militares – Arsenal da Marinha – 1832-1869 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Maço 3286 – (1.1.1832)

Ibidem - Maço 3286 – (28.7.1838)

Ibidem – Maço 3286 – (2.4.1844)

Ibidem – Maço 3286 – (31.12.1861)

Ibidem – Série: Militares - Intendência da Marinha – 1837 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maço 3235 – Demonstração de receita e despesa - (Maio de 1837)

Ibidem – Série: Militares – Inspetoria de Arsenal da Marinha – 1860-1866 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maço 3270 – (16.1.1863)

Ibidem – Maço 3270 – (11.1.1866)

Ibidem – Maço 3269 – (18.2.1876)

Ibidem – Série: Militares – Marinha – Recrutadas – 1838 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maço 3303 – (Outubro de 1838)

Ibidem – Série: Militares – Hospital Militar – (Marinha) – 1827-1883 – Maço 3303 – (17.7.1869)

Ibidem – Série: Militares – Marinha – (Assuntos) – 1833-1880 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maço 3304 – (22.2.1868)

Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Microfilmagem

“Anais da Bibliotheca Nacional – Volume 68 – Catálogos de Documentos sobre a Bahia existentes na Bibliotheca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações”.

“Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro – Publicados sob a administração do Director Geral Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva – 1914 – Rio de Janeiro – Officinas Gráficas da Bibliotheca Nacional – 1916.”

“Inventario dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar – Organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida – 1º Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa e Director da Secção IX – Archivo de Marinha e Ultramar – Bahia – 1798-1800.”

Anais da Bibliotheca Nacional – Suplemento do Catálogo de Documentos sobre a Bahia existentes na Bibliotheca Nacional – Divisão do Obras Raras e Publicações - Vol 68 - Caixa 5 - Doc. N.º 609 – 25 de maio de 1753.

Arquivo Público do Estado da Bahia – Suplemento do Catálogo de Documentos sobre a Bahia existentes na Bibliotheca Nacional – Divisão de Obras Raras - Vol. 68 – Doc. 19 – N.º 6.269 do C. E. H. B. – I – 31, 29 45 – 18 de junho de 1777.

Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino – Brasil – Bahia – Caixa 53 – Documento N.º 10.067 - 10.068 – 19 de janeiro de 1779.

Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino – Brasil – Bahia – Caixa 100 – Documento N.º 19517 - 19518 – 4 de outubro de 1799.

Ibidem – Caixa 106 -Documento N.º 20.628 - 20.630 – 13 de junho de 1800.

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia – Livro nº 86 – Registros de Expedientes – 7 de junho de 1777 - pp.6 – 6v; 7v.

FONTES IMPRESSAS

Silva, Desembargador Antonio Delgado da Silva – “Collecção de Legislação Portugueza – Ordem Régia – 7 de Agosto de 1797 – Typographia de Luiz Correia da Cunha – Anno de 1860 – Periodo: 1791-1801 – p. 419; 441; 448.”

Vilhena, Luiz dos Santos – Cartas de Vilhena – A Bahia no Século XVIII – Notas e Comentários de Braz do Amaral – Apresentação de Edison Carneiro – Vol. (Livro I) – Editora Itapuã – Coleção Baiana – 1969 – Rua Padre Vieira, 9, Salvador – pp. 79-71; p. 124 – p. 169; p. 267.

Ibidem – Vol. (Livro II) – p. 423.

Andrade, Maria G. I. de, Resumo da Historia do Brazil – Ginn & Company – Boston – New York – Chicago – London – 1894 –p. 133; p. 135.

Jäger, Pe. Luiz Gonzaga, S. J – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia- Vol. V –1951 – Tipografia Beneditina Ltda – Cidade do Salvador – Bahia – p. 170.

Campos, Ernesto de Souza – Santa Casa de Misericórdia da Bahia – Origem e Aspectos de seu funcionamento – Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – n. 69 – 1943 – pp. 227; 235; 237; 242; 248.

Spix, Johann Baptist von, und Martius, Carl Friedrich Phillip von - Reise in Brasilien – Excerptos da obra Reise in Brasilien – Traduzidos a português por Dr. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf – 2ª Edição – Imprensa Oficial do Estado - Rua da Misericórdia n. 1 – Bahia – pp. 51-58.

Silva, Alberto – A Primeira Cidade do Brasil – Aspectos Singulares – Salvador – Bahia – 1953 – Oficina Tipográfica Manu – Rua Cipriano Barata, 9 – pp. 31-32.

D. Pedro II – Diário da Viagem ao Norte do Brasil – Prefácio e Notas de Lourenço Luiz Lacombe – Edição Conjunta com a Universidade da Bahia – Aguiar e Souza LTDA. - Coleção de Estudos Brasileiros – Série Marajoara – Nº 24 - Livraria Progresso Editora – Praça da Sé, 26 – Salvador – Bahia – Brasil – 1959 – pp. 49-51; 215- 216.

Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia – volume 57 – ano 2000 – Ordens Régias.

Inventário procedido na matéria contida no volume LXXXIV da Coleção de Ordens Régias – 1797 – 19 de maio de 1797 – Vol. 84 – Doc. 65 – p. 261; 6 de agosto de 1797 – Vol. 83 – Doc. 32 – p. 230.

Ibidem – Volume LXXXI da Coleção Ordens Régias – 1796 – 27 de agosto de 1796 – Vol. 81 - Doc. 66 – p. 203.

Ibidem - Volume XC da Coleção de Ordens Régias - 1798-1800 - 17 de setembro de 1800 – Vol. 90 - Doc. 47 – p. 407; 1º de outubro de 1800 – Vol. 90 – Doc. 52 – p. 408.

Barbosa, Mons. Manoel de Aquino – Efemérides da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia – Coleção Conceição da Praia – Vol. I – 1970 - Composto e Impresso na Editora Beneditina - Salvador – Bahia – 15 de agosto de 1551 – p. 13; 4 de novembro de 1848 – p.p. 77-79; 27 de outubro de 1853 – pp. 83 – 84.

(*) Tema livre apresentado durante o VIII Congresso Brasileiro de História da Medicina, de 13 a 15 de novembro de 2003, na Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus.

(**) Esta pesquisa historiográfica é dedicada ao ínclito e ilustrado Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) Roberto Becman, muito digno Diretor do Hospital Naval de Salvador, benemérito cidadão da Pátria, brilhante médico da gloriosa Armada do Brasil e notável na História da Medicina Naval, e que, no desempenho das suas missões, reúne duas magníficas manifestações: o talento e a virtude, reveladas exuberantemente.

(***) Os manuscritos originais estudados registam, independente do período do século XIX, duas formas de grafar: Hospital da Marinha e Hospital de Marinha; Arsenal da Marinha e Arsenal de Marinha; Intendente da Marinha e Intendente de Marinha; Inspetoria do Arsenal da Marinha e Inspetoria de Arsenal de Marinha etc.